O Jornal Económico

ESPECIAL

Auditoria e Revisão de Contas

O 'NOVO NORMAL' EM AUDITORIA

Depois de uma pandemia que acelerou tendências de inovação e desmaterialização, o sector de auditoria e revisão de contas vai vivendo dias de grande transformação ao mesmo tempo que procura ajudar os seus clientes a navegar por águas particularmente agitadas por uma guerra, inflação e o PRR.

ANÁLISE

Tecnologia é cada vez mais uma "aliada" e "transversal" a toda a prática P2

ENTREVISTA

José Miguel Almeida | Administrador da CMVM

"A CMVM procura diminuir a probabilidade de falhas graves dos auditores" P6

QUALIFICAÇÕES

Escasssez de candidatos também atinge auditoria P14

FÓRUM

Quais os grandes desafios ao nível da digitalização e dos recursos humanos? P16

PUB

an independent member of BKR International in principal cities worldwide

ESTEVES, PINHO & ASSOCIADOS, SROC | BKR INTERNATIONAL

Maia · Lisboa

www.epasroc.com
www.inobest.com

AUDITORIA/ REVISÃO DE CONTAS · CONSULTORIA DE GESTÃO · FISCALIDADE E OUTSOURCING

DIGITALIZAÇÃO

Tecnologia é cada vez mais uma "aliada" e é "transversal" a toda a prática

Inteligência artificial, soluções em *cloud* e *data mining* são, cada vez mais, uma realidade diária na vida dos auditores e ROC, com ganhos de eficiência associados.

JOÃO BARROS
jbarros@jornaleconomico.pt

A importância das tecnologias da informação na área de auditoria e revisão de contas tem vindo a crescer a olhos vistos, com a automação de processos, o *data mining*, inteligência artificial e soluções em *cloud* a massificarem-se nos últimos anos. A pandemia deu um empurrão a este processo, mas a tendência de digitalização vinha já de trás e a generalidade das sociedades de revisão oficial de contas (SROC) fazem, hoje em dia, uso extensivo destas ferramentas para aumentar a qualidade do seu trabalho, ao mesmo tempo que os profissionais da área têm mais tempo disponível para outras tarefas.

A própria Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) fazia, na primeira edição da sua revista "Revisores e Auditores" do ano passado, um levantamento dos artigos científicos relativos à utilização de tecnologias da informação na área de auditoria e revisão de contas nos últimos 20 anos. A primeira tendência clara é o crescimento das referências a estas técnicas e instrumentos na década de 2011 a 2020, altura em que a sua utilização cresceu consideravelmente.

Por outro lado, verifica-se que a maioria destas referências são relativas a processos de controlo interno ou modelos de negócios, com 17,9%, seguida de sistemas de informação contabilística, com 6,6%, e de XBRL (o padrão do reporte contabilístico), com 4,3%. A lista contém ainda referências a plataformas em *cloud*, *blockchain*, inteligência artificial e *dashboards*, mostrando a ampla panóplia de recursos tecnológicos de que se socorre esta área.

Em declarações ao Jornal Económico (JE), vários especialistas do sector falam num processo ao qual é impossível escapar, dados os ganhos conferidos pela tecnologia no dia-a-dia.

"Não vemos a tecnologia como uma moda ou uma obrigação, bem pelo contrário – procuramos utilizá-la como um aliado, como uma solução que permite a criação de condições para a realização de um trabalho de qualidade e com a rentabilidade esperada", começa por afirmar Vítor Santos, *senior partner* da DFK.

"A importância da tecnologia para a Mazars é bastante transversal e já nem é hoje discutível a sua relevância, não só pela necessidade de acompanhamento da evolução do mercado nesta matéria, mas também considerando o impacto que este assunto tem no negócio dos nossos clientes e, por sua vez, a exigência refletida em relação aos serviços prestados por nós", continua Ivo Morais, *senior manager* de Audit & Assurance Industry & Services da Mazars.

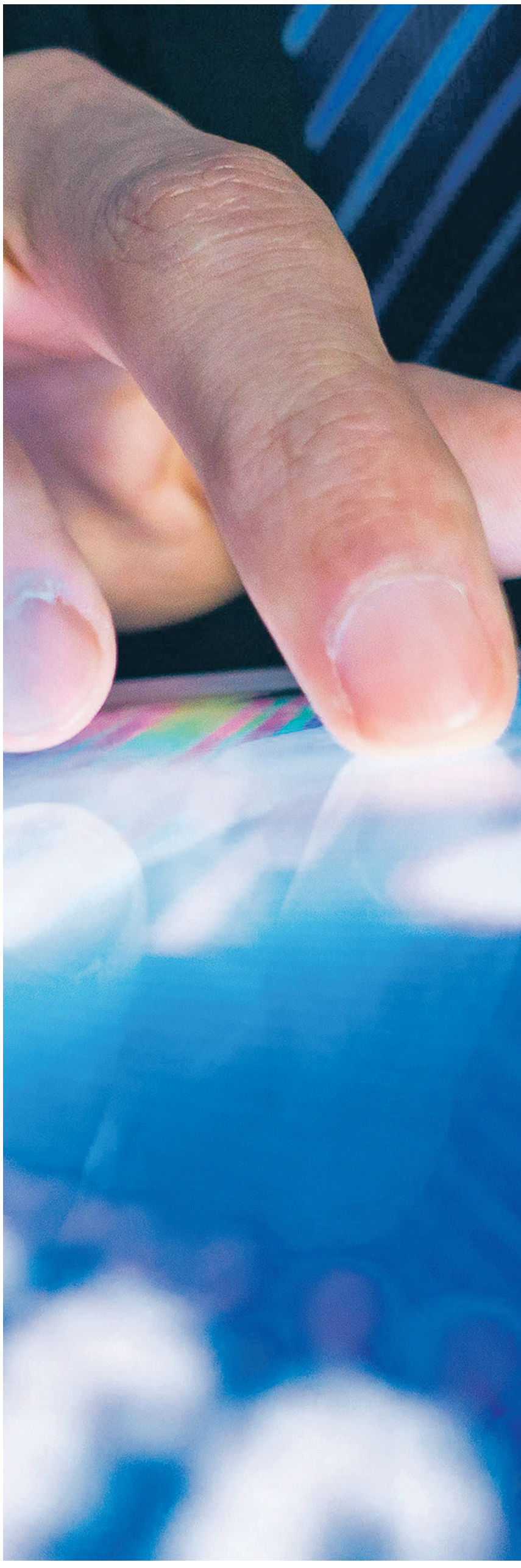
"A importância da tecnologia para a Mazars é transversal e já nem é hoje discutível a sua relevância, [...] considerando o impacto que tem no negócio dos nossos clientes", diz Ivo Morais

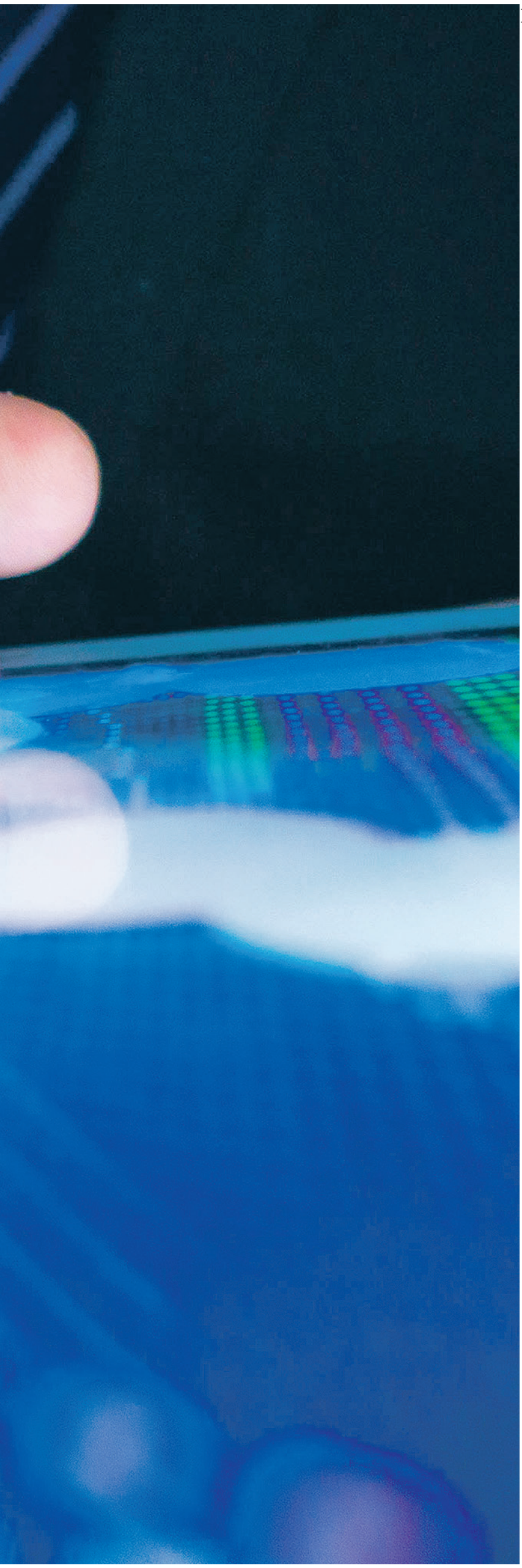
Ganhos em soluções verticais e horizontais

No caso da auditora e consultora em Portugal, Ivo Morais dá alguns exemplos de ferramentas que, "pela necessidade diária ou impacto mais regular no que é o dia-a-dia das equipas", merecem destaque.

"O Data Sniper veio introduzir maior eficiência e rigor no processo de execução de testes de detalhe, permitindo igualmente incrementar a qualidade do processo de revisão do trabalho executado - uma vez que há a ligação com a informação de origem; o analisador SAFT permite ter uma solução ao nível de base de dados muito completa e uniforme, que leva a uma otimização na execução de testes de revisão analítica e de *management override*, impactando de forma significativa a capacidade de tratamento dos resultados obtidos; e por fim o Atlas, um software de auditoria que temos no Grupo Mazars que permite a entrega de auditorias integradas com interação total entre todas as equipas envolvidas, independentemente da sua geografia", detalha.

Este género de soluções como o Atlas ganhou uma importância acrescida no contexto de pandemia, dada a necessidade de limitar contactos e, como tal, de transferir operações complexas de um escritório centralizado para as casas dos colaboradores. Vítor Santos refere, nesta perspetiva, que a "adoção da Cloud como infraestrutura das nossas aplicações tem permitido o




unsplash

abandono de servidores próprios com ganhos de eficiência nomeadamente nas questões de segurança relacionadas com a partilha de ficheiros".

O *senior partner* da DFK precisa que nesta sociedade foi feita "uma centralização dos trabalhos de auditoria numa ferramenta específica", o que permite "integrar ficheiros recebidos dos clientes reduzindo os processos de *input* manuais, uniformização de processos e papeis de trabalho com referenciação para arquivo digital e integrar processos relacionados com o controlo de qualidade dos trabalhos nomeadamente na aceitação do cliente, execução do trabalho e continuidade do mesmo".

Semelhante opção teve a JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, que adotou logo, aquando da sua criação, uma CAAT (Computer-Assisted Audit Techniques), criando depois "uma rede interna moderna, com acessos nivelados, que permitem a todos os colaboradores um acesso rápido à informação que necessitam", conta Vasco Oliveira, sócio da firma.

"Esta vantagem foi decisiva entre 2020 e 2021, aquando do confinamento e do teletrabalho, possibilitando um trabalho à distância quase como se as equipas estivessem juntas no cliente ou no escritório", continua.

Outro aspeto no qual as tecnologias da informação têm dado um importante impulso à área é no reporte aos reguladores, tanto a OROC, como a Comissão do Mercado e Valores Mobiliários (CMVM), e especialmente considerando as crescentes obrigações das sociedades neste âmbito.

João Cruzeiro, ROC e sócio-gerente da Oliveira, Reis & Associados, defende mesmo que o "cumprimento das exigências legais e normativas não nos parece possível sem um bom suporte informático", bem como "tratamento de ficheiros de grande dimensão, como é o caso dos SAF-T".

"A adoção da *cloud* como infraestrutura das nossas aplicações tem permitido o abandono de servidores próprios com ganhos de eficiência", refere Vítor Santos, da DFK

Inteligência artificial vai marcar próximos anos

Olhando para o futuro, as possibilidades são quase infindáveis, dado o rápido desenvolvimento de soluções inovadoras e a revolução tecnológica em curso.

Vasco Oliveira destaca "ferramentas informáticas como as redes neurais artificiais, o *machine learning* e o *deep learning*, [...] que permitem identificar distorções relacionadas com desvios aos padrões esperados", além do *process mining*, que pode vir a substituir "mecanismos de auditoria tradicionais aplicados ao conhecimento das entidades e dos seus processos, nomeadamente indagações, observações e análise documental", dado que estes envolvem "um alargado conjunto de recursos, com os respetivos gastos associados".

Outra das "ferramentas de inteligência artificial com grande margem de progressão nos próximos anos" para o sócio da JM Ribeiro Cunha & Associados "são os Robotic Process Automation, programas de análise documental sistematizada que permitem um enorme ganho de eficiência em tarefas mecânicas e repetitivas".

"A evolução tecnológica continuará a reforçar os nossos ganhos ao nível da entrega e permitirá colocar o foco das pessoas onde estas podem acrescentar maior valor", remata o *senior manager* da Mazars Portugal, Ivo Morais. ■

PUB

nucase Consulting

Consultores para Gestores

Com mais de 40 anos de experiência e um historial de sucesso através de > 1.500 empresas, acreditamos na prestação de valor personalizado.

IT Business Consulting

A TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE NEGÓCIO.

A automação aplicada a uma operação eficiente aumenta a eficiência.

Inovação fiável.

Hr Consulting

DE PESSOAS PARA PESSOAS.

Construímos metodologias para uma gestão integrada em que os gestores se possam focar no essencial:

O seu negócio.

Tax Consulting

EFICIÊNCIA E PERSONALIZAÇÃO.

Consultores que definem e criam o melhor enquadramento fiscal para qualquer empresa.

Otimizamos negócios.

Management Consulting

ESPECIALISTAS QUE GERAM SUCESSO.

Guiamos empresas, ajudando-as a entender o detalhe e a descobrir todo o seu potencial.

O sucesso das empresas depende da sua organização.

nucase.pt/consulting

Carcavelos • Estoril • Parede • Sintra • Lisboa

Tel. 21 458 5700 • geral@nucase.pt

Foto cedida

ENTREVISTA | VIRGÍLIO MACEDO | Bastonário da OROC

"Tenho reservas quanto à execução de verbas significativas este ano"

O bastonário da OROC não compreende a falta de alterações substanciais ao OE2022 perante um cenário macro muito incerto, bem como a ausência de uma obrigatoriedade de certificação de contas por um ROC para mais organizações.

JOÃO BARROS
jbarros@jornaleconomico.pt

Num ano marcado por uma incerteza como não se via há muito, os desafios para a prática de auditoria e revisão de contas são vários, a começar pela implementação do PRR e a retenção de talento. Neste âmbito, o Orçamento do Estado (OE) não trouxe grandes novidades para a área.

Como avalia o OE2022, especialmente num ano em que as verbas do PRR começam a chegar em força à economia portuguesa?

É um OE claramente marcado pela incerteza. Inexplicavelmente para o Governo, as condições macroeconómicas antes e depois do início da guerra da Ucrânia não sofreram alterações significativas que justificassem algo diferente do OE apresentado em outubro do ano passado. Mas, com uma maioria parlamentar e uma oposição débil, tudo se torna menos exigente e escrutinável.

Quanto ao crescimento da nossa economia por consequência da aplicação das verbas do PRR, sou mais cauteloso. Pois, se por um lado, a maioria das verbas do PRR vai ser utilizada pelo sector público - o que sabemos tem um efeito multiplicador menor do que se fossem utilizados pelo sector privado -, por outro, tenho alguma reserva relativamente à capacidade de execução de verbas significativas para este ano.

Que medidas gostaria de ter visto no OE2022 para a área de contabilidade e revisão de contas?

> **Inexplicavelmente para o Governo, as condições macro antes e depois do início da guerra da Ucrânia não sofreram alterações significativas que justificassem algo diferente do OE**

Complementarmente às medidas de simplificação da relação entre o Estado e os contribuintes que têm vindo a ser implementadas, seria expectável que existisse, também por parte do Governo, uma maior sensibilidade para a necessidade de um controlo mais efetivo do cumprimento da lei por parte das diversas entidades, estabelecendo como obrigatoriedade a certificação de contas por parte de um profissional, um Revisor Oficial de Contas, em cada uma destas organizações.

Quais lhe parecem os maiores desafios para a profissão este ano?

Na nossa profissão, os desafios são sempre grandes e em constante evolução.

Diria que, a captação e a retenção de talento são os principais desafios que temos pela frente. Outros poderíamos enumerar, como, por exemplo, a necessidade de as empresas de auditoria/revisão de contas ganharem dimensão e, por conseguinte, estarem assim mais bem preparadas para responder às exigências atuais de qualidade nos processos de auditoria ou intensificar o uso de tecnologias da informação por parte dos auditores nos seus processos. A necessidade de uma permanente capacitação dos profissionais que exercem auditoria e ou revisão de contas está também entre os desafios apontados a curto prazo.

A verdade é que temos, e queremos continuar a ter, profissionais altamente qualificados, fortemente motivados e cada vez mais exigentes na qualidade do trabalho/serviço que prestamos. ■

PUB

O Futuro passa pela tecnologia e diversificação

A Veloso & Associados SROC, Lda desenvolve o seu trabalho de Auditoria e de Revisão Legal de Contas (RLC), utilizando as ferramentas ao seu dispor para a otimização dos procedimentos e para uma utilização eficiente dos seus recursos. A tendência do mercado de RLC tem sido o aumento de concorrência e a redução dos honorários.

A manutenção ou o aumento da rentabilidade na atividade passa, assim, pelo crescimento do número de clientes e pela diversificação dos serviços prestados pelas Sociedades de Revisores Oficiais de Contas (SROC), mas tentando evitar o aumento desproporcional da estrutura de pessoal. Isto só é possível com ativos altamente qualificados e com o recurso a ferramentas de análise e de produção de prova de auditoria que permitam em menos tempo e com menos recursos o desenvolvimento do trabalho de Revisão de Contas. Deste modo é possível o ROC emitir uma opinião sobre as Demonstrações Financeiras de uma entidade devidamente fundamentada. Não menos importante, permite aos colaboradores afetos à Revisão de Contas dedicarem o seu tempo a aspetos mais relevantes e de maior risco de auditoria, bem como dispensar procedimentos de auditoria mecanizados, sobre operações rotineiras, com baixíssimo risco de erro ou de fraude e sem qualquer valor acrescentado, quer para a Revisão de Contas, quer para o cliente (aspeto também fundamental para cativar talentos para uma profissão que sofre da síndrome de "profissão aborrecida").

A tecnologia permite a estandardização e a uniformização de procedimentos de auditoria para as operações de rotina de uma entidade, e cujo risco de erro ou fraude é muito reduzido. A canalização dos esforços de prova para as verdadeiras áreas de auditoria complexas e de risco, não só estimula os colaboradores, como dispensa tempo e recursos para a diversificação dos serviços prestados pelas SROC. Entendemos que o valor percebido pelo mercado da atividade dos ROC vem não só da forma como são executados os serviços de Revisão Legal de Contas, mas também pela qualidade dos serviços complementares que prestam.

Sendo este o posicionamento da VLP, a tecnologia tem um papel fundamental para os desideratos da captação e retenção de talento, redução ao máximo possível da intervenção humana nas operações de verificação de rotina e diversificação dos serviços prestados.

Os sistemas de informação das empresas, aliados à produção de informação estandardizada e uniforme exigida pela Administração Tributária, resulta na digitalização da informação contabilística e financeira de todo o sector empresarial, abrindo oportunidades de desenvolvimento de ferramentas informáticas que podem ser aliadas dos ROC no objetivo de focalização dos procedimentos de análise e validação nas áreas de maior risco e mais complexas, bem como nas operações não rotineiras.

Tendo consciência desta oportunidade e necessidade, a VLP procura incessantemente as soluções tecnológicas que lhe permitam o cumprimento dos mais elevados critérios de qualidade no desenvolvimento dos seus serviços, sem descurar a eficiência, a qualidade e a rentabilidade.

Não poderia ser de outra forma. Sendo a RLC uma atividade altamente especializada e que exige largos conhecimentos técnicos, bem como a sua proximidade com a excelência e a inovação empresarial, exigem dos ROC a responsabilidade social de serem parte ativa na inovação tecnológica.

VELOSO & ASSOCIADOS - SROC, LDA
AV. DA LIBERDADE, 682, 1º DIR. | 4710-249 BRAGA
T 253 272 062 | GERAL@VLP.PT
WWW.VLP.PT

ENTREVISTA | JOSÉ MIGUEL ALMEIDA | Administrador da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

"A CMVM procura diminuir a probabilidade de falhas graves dos auditores"

O novo quadro regulatório que vigora desde o final do ano passado, dá mais poderes à Comissão do Mercadod e Valores Mobiliários, procura limitar o potencial de risco, mas também corrigir regras menos conseguidas e reduzir custos, tornando o sistema mais eficiente.

MARIA TEIXEIRA ALVES
mtalves@jornaleconomico.pt

O Regime jurídico da supervisão de auditoria (RJSA) atribui à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) a supervisão de revisores oficiais de contas (ROC), das sociedades de revisores oficiais de contas (SROC), dos auditores e entidades de auditoria de Estados-membros e de países terceiros registados em Portugal que exerçam funções de interesse público. Desde 31 de dezembro de 2021 que as alterações introduzidas ao quadro regulamentar estão em vigor e trazem algumas novidades. A simplificação e a eficiência nortearam a revisão do RJSA, que passou a prever a redução do número de categorias de entidades de interesse público, permitindo uma supervisão mais focada nas entidades mais complexas e com maior risco sistémico, o que resulta, segundoa CMVM, em ganhos de eficiência e uma redução de custos desnecessários para o mercado, salvaguardando, ao mesmo tempo, a qualidade da supervisão global e a proteção dos investidores.

Já no que diz respeito às Sociedades de Revisores Oficiais de Contas (SROC), e com o intuito de reforçar as competências de supervisão, foi promovida uma revisão que passa por atribuir ao regulador dos mercados competências de supervisão dos requisitos de idoneidade, qualificação e experiência profissional dos membros dos órgãos sociais e a idoneidade dos sócios não ROC. A CMVM fica habilitada a elaborar os regulamentos necessários sobre supervisão da idoneidade, qualificação e experiência profissional dos membros dos órgãos sociais e da idoneidade dos sócios de SROC. Foram ainda revistas as regras sobre o registo dos auditores na CMVM e o respetivo regime sancionatório.

> **"Com a nova Lei, a CMVM passou a poder atuar quando estão em causa membros dos órgãos sociais ou sócios que não sejam auditores ou que não estejam como tal registados na CMVM, quando as suas condutas o justifiquem"**

Em entrevista ao Jornal Económico, José Miguel Almeida, administrador da CMVM, fala do que muda no Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria e das e das vantagens para o mercado das alterações introduzidas ao quadro regulatório.

Quais as vantagens do regime jurídico de supervisão de auditoria?

O sistema de supervisão de auditoria em Portugal é mais robusto desde 2016, nomeadamente com a introdução da supervisão por parte de uma entidade independente da profissão de auditor. É este o padrão na União Europeia e em outros países.

Essa robustez decorre também das alterações introduzidas, como por exemplo a rotação do auditor, que visaram melhorar a qualidade da auditoria e mitigar a probabilidade de falhas por parte dos auditores.

Neste contexto, gradualmente, desde 2016, a CMVM tem procurado promover a melhoria da qualidade das auditorias realizadas em Portugal, bem como dissuadir comportamentos que, direta ou indiretamente, podem comprometer a qualidade das mesmas. Uma vertente dessa atuação é dar aos auditores maior previsibilidade na atuação da supervisão da CMVM para que possam ajustar-se a essas expetativas. Por exemplo, anualmente, a CMVM publica os resultados das supervisões realizadas com o objetivo de identificar, sinalizar e dissuadir comportamentos não apropriados ou não expetáveis, bem como identificar as áreas que requerem maior atenção por parte dos auditores.

Sabemos, naturalmente, que todo este processo é exigente para os auditores, em termos de capital e talento e que requer continuado investimento e massa crítica mínima, mas também que é uma função de grande relevância para o eficiente e bom funcionamento da economia nacional.

Com a nova legislação evitam-se casos como a da KPMG/BES? Lembro que, para a CMVM, a KPMG devia ter inscrito reservas nas contas do BES...

Sem prejuízo do referido e das lições aprendidas, a história demonstra que não há sistemas de fiscalização infalíveis, sendo necessária uma atenção permanente a eventuais vulnerabilidades que venham a ser identificadas.

A CMVM, tal como outras autoridades de supervisão de auditoria, procura diminuir a probabilidade de ocorrência de falhas graves por parte dos auditores, recorrendo para o efeito a um processo de supervisão baseado no risco e nos factos. Fazemo-lo na supervisão de auditoria, da mesma forma que nas outras atividades de supervisão.

Uma das medidas introduzidas vai no sentido da simplificação. O artigo 3º

Foto cedida

do RJSA reduz o elenco de categorias de "entidades de interesse público". Qual a importância desta alteração?
A qualificação de uma entidade como de interesse público [EIP], conforme expresso na Diretiva de Auditoria, deve decorrer da sua relevância pública significativa, tendo em conta a sua escala e complexidade e a natureza das suas atividades, sendo que esse nível de relevância e proporção impõe um reforço da auditoria às demonstrações financeiras dessas entidades.
Importa ter em conta que esse reforço da auditoria tem inerentes exigências e custos adicionais diversos, seja para a própria entidade seja para o auditor. Por exemplo, para a entidade, a qualificação como EIP impõe, desde logo, uma estrutura de fiscalização reforçada e a existência de um período máximo para o exercício de funções pelo mesmo Auditor.
A simplificação feita pelo artigo 3.º do RJSA permite direcionar e focar os recursos para o que, conforme a experiência tem evidenciado, tem relevância pública mais significativa, por exemplo pela sua dimensão sistémica, ao mesmo tempo que permite reduzir os custos de contexto inerentes a tal qualificação. No entanto, este processo não pode comprometer o objetivo da melhoria geral e continuada da qualidade das auditorias realizadas em Portugal, seja de EIP ou não-EIP.

Deixaram de se qualificar como entidades de interesse público as empresas de investimento, os organismos de investimento coletivo, as sociedades de capital de risco, as sociedades e fundos de investimento alternativo especializado, as sociedades e fundos de titularização de créditos, entre outras, mas mantêm-se como EIP os emitentes, as instituições de crédito e SGPS; e empresas de seguros, resseguradoras e SGPS. Pode explicar a importância desta medida?
Além do já referido, esta alteração permite também o alinhamento com a definição aplicada pela generalidade dos Estados-membros da União Europeia. Conforme evidencia um estudo do Accountancy Europe de 2019, apesar de vários países terem uma definição de EIP alargada face ao mínimo previsto na Diretiva de Auditoria, Portugal encontrava-se entre os que incluíam nessa definição um maior número de tipologias. Atualmente, Portugal mantém ainda assim uma definição alargada, mas mais próxima da generalidade dos seus pares na União Europeia.
Por outro lado, a definição de EIP existente não assegurava, necessariamente, a melhoria da qualidade da auditoria como um todo. Isto porque a amplitude que permitia era suscetível de comprometer a atenção e atuação sobre situações de maior risco. Atenção essa que deve continuar a ser uma preocupação dos investidores e outras partes interessadas nessas entidades, sejam ou não EIP.
Note-se que para as entidades que deixaram de ser qualificadas como EIP, os respetivos auditores continuam a ser objeto de supervisão pela OROC [Ordem dos Revisores Oficiais de Contas] e, indiretamente, pela CMVM.

Sobre o alargamento de período de nojo para auditores com registo cancelado compulsivamente. Foi alterado o artigo onde se prevê que o ROC com o registo cancelado não pode requerer novo registo antes de decorridos dois anos (caso o cancelamento tenha sido voluntário) ou 5 anos (caso o cancelamento tenha sido compulsivo). Até então, previa-se apenas um período de nojo de 2 anos, independentemente da natureza do cancelamento. Até que ponto esta medida é um progresso?
A situação existente anteriormente não se mostrava proporcional. Ou seja, um auditor com registo cancelado por iniciativa própria tinha a mesma consequência que um auditor com o registo cancelado por iniciativa da CMVM.
Um registo cancelado compulsivamente pela CMVM, normalmente tem associado um comportamento não apropriado, indiciando que o supervisionado não tinha condições para exercer a profissão.

A nova legislação dota a CMVM de poderes para supervisionar os requisitos de idoneidade, qualificação e experiência profissional dos membros dos órgãos sociais e idoneidade dos sócios de sociedades de revisores oficiais de contas (independentemente de serem ou não ROC), tendo em conta a influência que exercem na cultura e liderança daquelas estruturas. A lei passa então a dar mais poderes à CMVM?
Exato. Esta medida foi considerada muito adequada sob o ponto de vista do bom governo das auditoras. O equilíbrio individual no exercício da atividade – isto é, o "*level playing field*" – é equivalente para os órgãos de gestão ou sócios das auditoras. É uma atividade regulada e, como referido, de grande relevância para o eficiente e bom funcionamento da economia nacional. Nessa dimensão, é um poder de supervisão equivalente ao que existe relativamente a outras entidades sujeitas à supervisão da CMVM.
Com a nova Lei, a CMVM passou a poder atuar quando estão em causa membros dos órgãos sociais ou sócios que não sejam auditores ou que não estejam como tal registados na CMVM, quando as suas condutas o justifiquem.

O novo regime prevê-se ainda a possibilidade de a CMVM poder elaborar os regulamentos necessários sobre supervisão da idoneidade, qualificação e experiência profissional dos membros dos órgãos sociais e da idoneidade dos sócios de SROC. É uma medida positiva? Quando serão elaborados?
É uma medida positiva, bem como de coerência com a medida de abranger todos os membros dos órgãos sociais e sócios das auditoras na esfera de análise das respetivas idoneidades. Os regulamentos permitem concretizar e desenvolver matérias ou requisitos que já existem na Lei. Ainda que o mesmo possa ser feito por via de orientações, o nível de impacto sobre os visados é diferente. ■

PUB

Reshaping business.™

Somos focados nos nossos clientes e nos seus desafios e expectativas.

Conhecemos a atividade das organizações que servimos, somos ávidos de conhecimento, e mais ainda de o transformar em valor efetivo para os nossos clientes.

A nossa proximidade e disponibilidade distinguem-nos e ditam o modo como ajudamos os projetos nos quais nos envolvemos a ganhar novas formas.

Audit | Tax | Advisory
www.dfk.pt

DFK ISP SA
Firma membro independente da DFK International

FUNDOS EUROPEUS

OROC só valida PRR com "processo transparente e credível"

Apesar do protocolo assinado com a Missão Recuperar Portugal, Virgílio Macedo revela que falta diálogo com o Governo. Rigor e seriedade são valores de que a OROC não abdica no processo de validação do PRR, diz bastonário.

JOÃO BARROS
jbarros@jornaleconomico.pt

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) mostra-se disponível para fazer parte do processo de validação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), mas apenas se este se pautar pela transparência e seriedade, valores dos quais o bastonário Virgílio Macedo diz não abdicar.

Depois da eleição no final de 2020, Virgílio Macedo tem vindo a defender que os revisores oficiais de contas (ROC) e os auditores assumam um papel mais ativo na fiscalização dos apoios mobilizados a empresas, incluindo os previstos no PRR.

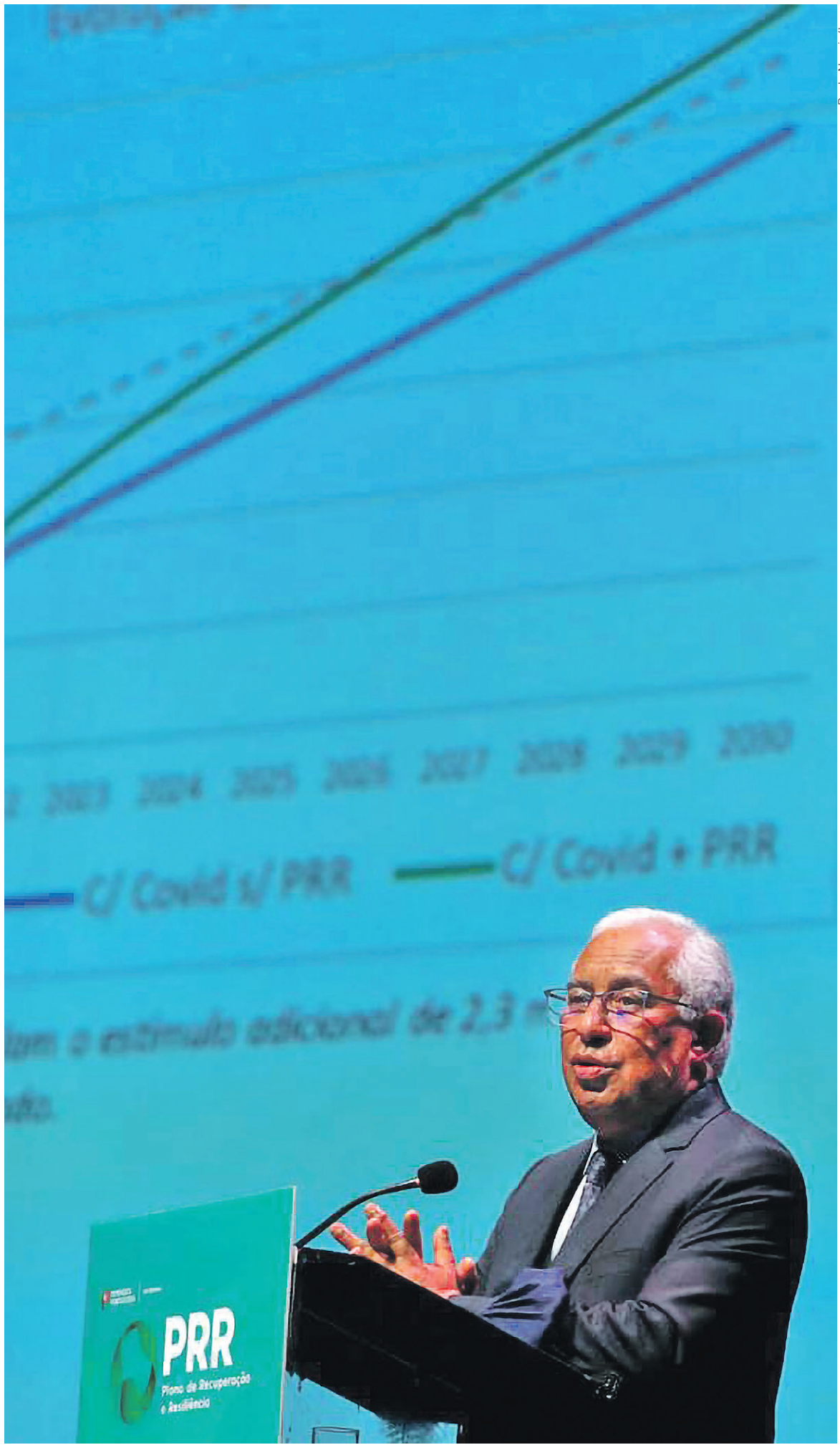
Em declarações ao JE no mês de junho do ano passado, o bastonário da OROC argumentou que o interesse público deve ser "devidamente salvaguardado" após a necessidade de apoiar "de forma maciça, de forma rápida, porque era urgente e só fazia sentido que fosse de forma quase imediata" no contexto da pandemia. Tal fica em linha com os comentários de Virgílio Macedo de que não permitiria "que os auditores sejam bodes expiatórios de outras falhas de regulação, desconhecimentos, má-fé, jogos políticos", situação que considera se ter verificado nalgumas situações passadas.

No entanto, e relativamente à aplicação dos fundos europeus, o diálogo da Ordem com o Estado tem sido reduzido, denuncia o bastonário.

"Continuamos a ter reuniões com a Missão Recuperar Portugal, só e exclusivamente", precisa, revelando que "os avanços na concretização dessa mesma função de colaboração e controlo de execução do PRR estão muito aquém das expectativas". Recorde-se que a Ordem assinou, no final do ano passado, um protocolo de colaboração com a Missão Recuperar Portugal para auditar os investimentos incluídos no PRR.

Por este motivo, continua, "os resultados até agora alcançados com essas reuniões não são propriamente animadores, em termos de materialização prática e objetiva do protocolo assinado".

"A OROC só estará disponível para efetuar essa missão de validação dos investimentos realizados no âmbito do PRR se esse processo for credível e transparente", sublinha. "A nossa reputação pauta-se por valores como como a independência, o rigor e a seriedade, valores que defendemos e dos quais não abdicamos."



Paulo Novais/Lusa

A importância dos fundos europeus, especialmente depois de dois anos de pandemia e das dificuldades portuguesas ao nível do investimento público, explicam a necessidade de manter uma supervisão efetiva na aplicação destes valores.

No ano passado e pouco tempo depois da sua eleição para suceder a José Rodrigues de Jesus, Virgílio Macedo projetava que a "recuperação da nossa economia vai depender muito do rigor com que vamos utilizar os fundos, da transparência e, também, de fazer alguma aferição de forma a saber se tudo correu bem ou se houve coisas que correram menos bem". Caso se verifique "que algumas coisas correram menos bem, há que as corrigir, sem vergonha e sem titubear", remata.

Há um ano, o bastonário falava numa abertura do Governo, na imagem do então ministro do Planeamento, Nelson de Souza, para o diálogo no sentido de aprofundar a relação com os ROC na fiscalização destes investimentos com fundos europeus.

"[Nelson de Souza] foi um dos técnicos originários da intervenção dos revisores, muito lá atrás, na execução desses projetos de investimento, e existe uma abertura para que essa intervenção seja efetiva e seja aprofundada, porque é de interesse público, é do interesse de todos nós", disse, na altura, ao JE. ■

Virgilio Macedo
Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC)

Joint audit: regra dos quatros olhos aumenta confiança

A expetativa relativamente à auditoria está a mudar. A reforma passa por um mercado mais saudável e competitivo.

Qual é hoje a relevância da auditoria conjunta?
As expetativas relativamente à auditoria estão a mudar e a necessidade de reformar o setor está a tornar-se mais premente, havendo cada vez mais abertura para um mercado mais saudável e competitivo.
Parece-nos que neste contexto seria fundamental possibilitar-se a realização da auditoria conjunta, permitindo-se a entrada de novos operadores no mercado.
Este é o momento para estimular a concorrência entre um maior número de empresas oriundas de diferentes contextos culturais e técnicos, dando a oportunidade a mais players para chegarem a outra tipologia de clientes e terem um papel mais ativo na área. Uma maior diversidade permite a existência de abordagens distintas às necessidades identificadas e aumenta a possibilidade de escolha, resultando numa resposta mais eficaz e inovadora.
Entendemos que, pelo menos para algumas entidades, a opção pela auditoria conjunta – ou joint audit – seria importante. A opção não significaria obrigatoriedade.

Em que consiste a auditoria conjunta?
A auditoria conjunta é um processo que pressupõe que duas consultoras auditem em conjunto as contas de uma empresa e assinem um mesmo documento de informação financeira.
Numa auditoria conjunta, duas firmas independentes confirmam em conjunto que as demonstrações financeiras de uma empresa estão corretas, sendo as áreas de auditoria inicialmente divididas entre ambas. Os resultados de cada uma estão sujeitos à revisão crítica pela outra e são, em seguida, resumidos numa única opinião de auditoria. Os auditores são responsáveis conjunta e individualmente pelo parecer de auditoria emitido e são solidariamente responsáveis.
Em essência, uma auditoria conjunta torna-se numa espécie de controlo de qualidade permanente por um colega de trabalho.

Quais as vantagens da auditoria conjunta?
Esta prática reforça a independência do auditor, sobretudo no que respeita à pertinência e qualidade da abordagem, reduz o risco de familiaridade excessiva e reforça, também, a capacidade de os auditores defenderem a sua posição no caso de desacordo com a entidade.
A convicção de um número significativo de stakeholders no mercado é que a auditoria conjunta reforça a qualidade do processo, em particular no caso de negócios de natureza mais complexa e de grande escala, exposição pública e interesse coletivo.
A aplicação da regra dos "quatro olhos" permite, sem duplicar o trabalho realizado, proporcionar um maior escrutínio sobre os resultados da auditoria e, assim, aumentar a confiança. A experiência combinada de vários auditores aumenta a capacidade de benchmarking e de entrega das melhores práticas ao mercado, não apenas relativamente à análise das informações financeiras, mas também em relação a estruturas de controlo interno e à preparação de relatórios financeiros.

Qual o alcance da auditoria conjunta a nível global?
De acordo com a International Federation of Accountants (IFAC) foram, em 2021, realizadas auditorias conjuntas em 55 jurisdições, de forma voluntária em 22 países e obrigatória em 33. A França é a maior economia a exigir auditorias conjuntas para todas as empresas listadas com demonstrações financeiras consolidadas, já desde 1984.
Na UE, a auditoria conjunta é obrigatória em três países e incentivada noutros 10. De acordo com os dados mais recentes, nestes países a taxa de auditoria conjunta aumentou significativamente desde 2013 no setor de serviços financeiros e ligeiramente no mercado de auditoria como um todo.
Em Portugal, apesar de existir o enquadramento legal possibilitado pelo regulamento de auditoria publicado pela Comissão Europeia, falta a passagem para a lei portuguesa, que permita a um operador do mercado ter a opção da auditoria conjunta.

Há sinais relativamente à adoção deste mecanismo no futuro?
No final de março o ECOFIN emitiu uma opinião no sentido de apoiar o desenvolvimento desta área de negócio e a diversificação do mercado, para permitir o aparecimento de novos players. Deixou, pela primeira vez, isso declarado. Estaria subentendido com a Reforma Europeia de Auditoria de 2016, mas agora foi expresso.
Esta opinião tem como propósito o desenvolvimento de um mercado transparente e competitivo para a auditoria, diversificando a oferta e aumentando o número de prestadores de serviços, no sentido de ajudar a construir a liderança europeia neste domínio.

Com o apoio mazars

JE TALKS

Auditores e revisores admitem aumento do risco com crise económica

Auditores e revisores oficiais de contas acreditam que os riscos que os clientes sentem com o contexto macroeconómico vão pesar nos trabalhos. Ambicionam crescer para conseguir atrair e reter mais talento.

JOÃO SANTOS COSTA
E JOÃO TERESO CASIMIRO
jcosta@jornaleconomico.pt

O sector da auditoria e revisão de contas entende que não encara preocupações muito diferentes do restante tecido empresarial, mas identifica desafios como a retenção de talento e o atual contexto global, que ao pressionar os clientes poderá acrescentar trabalho às sociedades. Acima de tudo, há vontade de crescer para nivelar o playing field com as sociedades de grande escala, nomeadamente através da concentração.

O partner da Carmo & Cerqueira, José Carmo, acredita que as tendências na auditoria não se podem medir a curto-prazo, e diz ainda que "não há uma tendência para 2022". "A questão vai ser gerir, nos nossos trabalhos, aquilo que são os riscos que se refletem nos clientes, nomeadamente fruto desta questão da guerra, de aumento de preços e da inflação", esclarece. Olhando mais a longo-prazo, Carmo defende que a auditoria tem de compensar a falta de "uma especialização muito grande, mas em muitas áreas", diz. "Começa-se a tornar muito difícil, para empresas de menor dimensão e com menos pessoas, acompanhar as mutações que estão a ocorrer em tanto sítio ao mesmo tempo".

Há que "ganhar dimensão, explorar o processo de fusão, aquisição, compra e de concentração (...).Esse é um caminho para muitas organizações", diz Paulo André, da Baker Tilly

Diversificação, escala e um modelo de endividamento

Também o managing partner da Baker Tilly, Paulo André, concorda com o problema da escala, que diz refletir-se em diferentes vertentes, do talento à capacidade de resposta. "Estamos numa atividade que é supervisionada, existem vários reguladores consoante a natureza das empresas dos clientes com quem trabalhos", explica. "Logo aí, há um desafio adicional que vai trazer mais carga de trabalho, porque o nível de envolvimento sobre essas temáticas vai ser maior, há uma maior diversidade das áreas de intervenção", que vão além da contabilidade e dos impostos, como frequentemente se considera. "Já estamos no branqueamento de capitais, no ESG, na blockchain, etc. O padrão de honorários vai-se mantendo mas o nível de intervenção vai aumentando e, obviamente, todo este enquadramento macroeconómico traz esses tais riscos acrescidos", adianta Paulo André.

Apesar de José Carmo admitir que esse mesmo contexto pode representar uma oportunidade para

Margarida Grossinho

o mercado de capitais, reconhece que a sua principal preocupação vem daquele que diz ser um modelo que favorece o endivididamento. "A principal preocupação que vejo é que Portugal tem um modelo que favorece o endividamento, através do recurso à dívida bancária, à dívida externa (...) Aí sim, os efeitos poderão ser particularmente graves e sentidos", acautela ainda o partner da Carmo & Cerqueira. Para Paulo André, esta incerteza traz mais preocupação para a revisão de contas, e há que estar "ainda mais atento". "Nunca se falou tanto como ultimamente nos riscos políticas e geográficos - falamos sempre mais e gerimos sempre mais riscos financeiros. Acho que há aqui uma perspetiva a que todos os auditores estarão atentos e saberão dar resposta", perspetiva.

Crescer e concentrar para reter talento

Mas dar resposta a um rol cada vez maior de exigências e responsabilidades implica um investimento na transformação tecnológica, mas sobretudo na diversificação de competências. A resposta, diz Paulo André, é "ganhar dimensão". Há que "explorar o o processo de fusão, de aquisição, de compra, de concentraçáo. Basta olhar um bocadinho para o lado, para o negócio da advocacia, que é parecido ao nosso, a mobilidade que existe nessa indústria. É muito maior o movimento de concentração que está a ocorrer do que aquele que existe na nossa indústria. Penso que esse é um caminho a seguir para muitas organizações que estão em Portugal. José Carmo concorda que o caminho pode ser esse, até porque a Carmo & Cerqueira já tenta "ter equipas com formação específica em cada uma destas áreas" mais inovadoras. Mas em Portugal, diz, a concentração "não acontece, porque houve uma proteção excessiva da profissão durante demasiado tempo. O nosso mindset não é esse", admite.

Transformação sim, mas de forma natural

Quanto a tendências tangíveis, é claro: "À medida que a economia vai crescendo, à medida que vamos sendo transformados por aquilo que ocorre lá fora, acabamos por seguir essa tendência. Acho é que estamos um bocadinho atrasados no processo, mas concordo perfeitamente que vai ter de ocorrer, até para conseguirmos combater com as entidades internacionais, se não acabamos a ser tomados por elas. Vai ser uma transformação que vai ter de ocorrer de forma natural", remata. Por sua vez, Paulo André chama a atenção para o cenário do sector, face às Big Four - EY, PwC, Deloitte e KPMG. "Qual é a percentagem de pessoas que entre [nessas empresas] e que, eventualmente, chega a manager ou partner? É incomensuravelmente maior do que nas pequenas auditoras", garante. O responsável da Baker Tilly acredita que esse dado é importante para entender por que motivo é tão difícil para as empresas pequenas ou de média dimensão atrair ou reter talento: a ausência de uma carreira garantida. "Nós não damos emprego, nós proporcionamos uma carreira profissional, uma carreira liberal. Portanto, ou há crescimento e as pessoas têm a possibilidade de chegar ao topo da organização e mantêm-se", ou acontece o oposto. "A única solução é crescer, por isso a pressão que as auditoras têm em crescer e manter os seus quadros é significativa", diz ainda. O caminho é crescer internamente - tarefa árdua - ou por associação, esclarece Paulo André.

Talento não é escasso e a profissão não se vai tornar obsoleta

José Carmo partilha o mesmo raciocínio ao esclarecer que, ao contrário do que acontece em muitas áreas especializadas, não há, *per si*, uma escassez de talento na auditoria. "Não gosto muito de falar em escassez de pessoas qualificadas, ou de mão-de-obra, porque acho que nunca houve tanta gente qualificada como atualmente", considera. O problema, sublinha, é a "capacidade de atração".

"Como é que nós passamos uma imagem, que às vezes ficou associada, que é de uma atividade monótona e mais cinzenta - que não o é de facto, na realidade", garante. O partner da Carmo & Cerqueira está confiante de que a auditoria tem vantagens, nomeadamente por lidar com empresas muito diferentes todas as semanas. Essa sinergia com os clientes acaba por formar auditores muito versáteis, experientes e polivalentes. O problema vem quando esse talento passa para o outro lado da barricada, adianta José Carmo. "Atraímos o talento numa primeira fase e depois começamos a ter uma segunda fase que é quando as empresas também percebem que quem tem formação em auditoria acaba por ser uma mais-valia do ponto de vista da gestão financeira da empresa. E começam a querer vir buscar esses talentos", lamenta. "Nós, de uma dimensão mais pequena, ainda temos que lidar com o assédio de [empresas de] maior dimensão que, naturalmente, se vão lá buscá-los, depois também vão ter de os procurar em algum lado. No fundo, há esta dinâmica: dificuldade inicial de atração e depois uma segunda dificuldade, que é de retenção", esclarece.

Ainda assim, tanto José Carmo como Paulo André estão confiantes na relevância de que a profissão ainda beneficia, O líder da Baker Tilly, explica que, do ponto de vista regulatório, "sendo uma profissão regulada não estaremos em situações de perca de mercado. Os trabalhos de auditoria são obrigatórios e, portanto, os clientes vão continuar a requisitar este tipo de serviços".

Quanto ao futuro, considera que existirão "algumas situações de oportunidades, tendo em conta o Plano de Recuperação e Resiliência. Há todo um trabalho da correta aplicação dos fundos pode ser uma oportunidade para a auditoria". Já do ponto de vista do negócio, defende que "cada sociedade terá as suas particularidades e, consoante a sua carteira de clientes, estará ligada a vários sectores que, tendo em conta o impacto da pandemia e da guerra", poderão sentir impactos na operação, tanto na vertente financeira como económica. ■

Reveja esta conversa na íntegra na JE TV em www.jornaleconomico.pt

Não há escassez de talento em Portugal, mas "há uma dificuldade inicial de atração e depois uma segunda dificuldade que é de retenção", considera José Carmo, da Carmo & Cerqueira

Auditoria: um sector à procura do futuro

VICTOR LADEIRO
Partner Auren Portugal

As empresas que assessoramos estão a passar por um profundo e rápido processo de mudança. A emergência climática, o trabalho remoto, a par da entrada das gerações Z no mundo de trabalho, estão a impactar significativamente os modelos de negócio, cultura e gestão das empresas e dos Governos. Desde logo, as organizações estão a alterar as operações, os processos de liderança, estão a adotar novas estratégias de RH e comunicação, estão a investir em tecnologia e segurança. Tudo isto, num ambiente de crescente complexidade e imprevisibilidade, seja social, ambiental, política ou tecnológica.

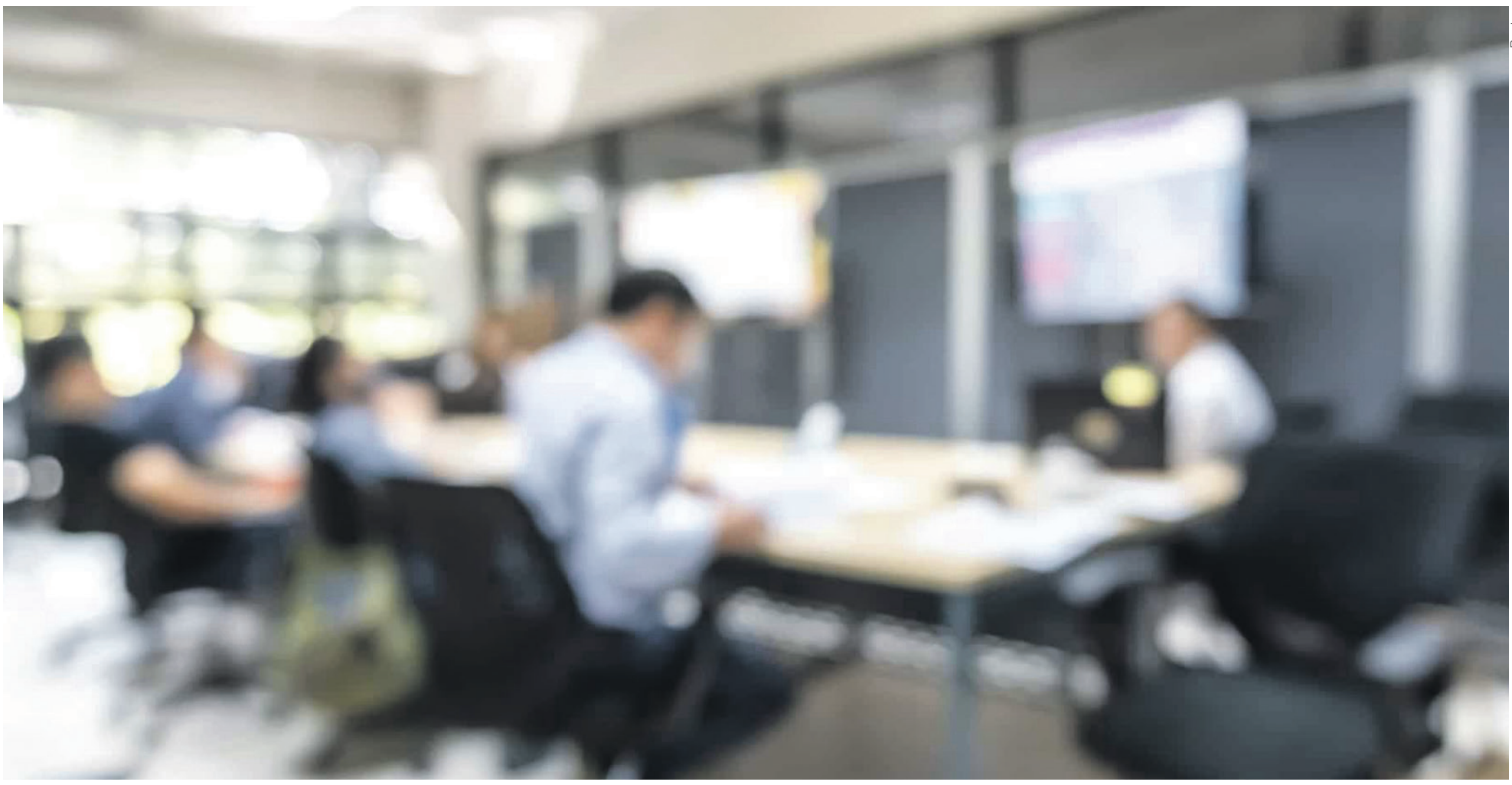
Neste contexto, como é que a Auditoria de deve adaptar, reforçando a sua agilidade e garantido repostas cada vez mais completas aos seus clientes?

Uma primeira resposta é o alargamento do âmbito da auditoria e da revisão legal de contas. Por todo o mundo, a questão da sustentabilidade torna-se central na defesa da reputação das empresas. O Green Deal Europeu, a Diretiva europeia NFR (Non-Financial Reporting), bem como os standards em desenvolvimento no EFRAG (European Financial Reporting Advisory Group), a serem adotados em outubro de 2022, são sinais claros de como os relatórios empresariais terão de englobar informação sobre o impacto ambiental e social das empresas, quantificando, de forma clara, questões como a pegada de carbono ou igualdade de género, as diferenças salariais entre diferentes categorias profissionais ou a diversidade.

O que nos leva a um segundo nível de resposta, a criação de equipas multidisciplinares de auditoria. É crítico continuar a reforçar as equipas com perfis profissionais de não-auditores. Perfis tecnológicos, que garantam o entendimento das arquiteturas da informação, a correta recolha e análise de grandes quantidades de dados, recorrendo a IA (inteligência artificial) e a plataformas colaborativas online. Perfis de consultoria, com especialistas em áreas críticas para o sucesso das empresas: sustentabilidade, impacto social, cyber segurança, comércio online, marketing digital, etc. Estes novos perfis são fundamentais para fornecer insights e contexto às análises financeiras, bem como para acompanhar, em tempo real, as inovações no mercado. Na Auren, acreditamos que esta mudança tem que ser suportada com a construção de uma nova cultura organizacional. Menos hierárquica, mais multidisciplinar, que aposta no desenvolvimento de competências "soft" nos auditores, como a agilidade, a curiosidade e capacidade de criação de parcerias com outras áreas de saber. Com a nossa abordagem 360, temos respondido a estes desafios, criando equipas com perfis muito diferentes (auditores, informáticos, sociólogos) e, também, com idades, género e nacionalidades muito díspares. Obviamente, todas estas mudanças só fazem sentido se as empresas de auditoria alinharem verdadeiramente as suas políticas e práticas com a Agenda 2030. Ou seja, a resposta das empresas de auditoria aos novos desafios dos clientes depende, em grande medida, da sua própria capacidade de mudança e inovação organizacional. É um caminho desafiante, que começámos nos últimos 5 anos, promovendo uma cultura que não se foca no controle, mas na responsabilidade e reforça a gratificação emocional através do reconhecimento público e privado, implementando vários projetos sociais onde as nossas equipas apoiam as suas comunidades locais. Mudámos e continuamos a mudar para nos mantermos ágeis e criativos nas respostas às necessidades dos nossos clientes. Acreditamos que só assim poderemos continuar a contribuir para um futuro onde a Auditoria seja reconhecida como motor de crescimento sustentável das economias.

auren
PERTO DE SI, PARA IR MAIS LONGE

Com o apoio



Reuters

FUTURO

Temas ESG são desafio e oportunidade para auditoria

Os temas relacionados com o ambiente, questões sociais e de governança vão ter um papel importante para as auditoras, que estão na linha da frente para se tornarem um agente fundamental nos processos de verificação.

MANUEL RIFER
mrifer@jornaleconomico.pt

As mudanças que todas as empresas – e particulares – tiveram de enfrentar como resposta à pandemia de Covid-19, nos últimos dois anos, afetaram, também, o sector da auditoria, tanto nas soluções que encontraram para se adaptarem, enquanto organização, para responderem aos desafios colocados pela situação de exceção em que ainda vivemos, como também pela forma como tiveram de lidar com o impacto nos clientes objeto de auditoria. Estes desafios não se esgotaram no período de crise, mas mantêm-se e projetam-se no futuro, juntando-se a outros, como referem estudos e os próprios agentes do mercado ouvidos pelo Jornal Económico (JE).

Entre os desafios apontados, que requerem resposta, encontram-se o desenvolvimento tecnológico – não só pela capacidade de uso das ferramentas ao dispor dos auditores para o exercício da sua atividade, mas também pelo reforço da capacidade de resposta analítica ao potencial tecnológico de quem é auditado – e a questão, cada vez mais premente da identificação, atração e retenção de talento, dois temas tratados nas páginas deste Especial. A estes juntam-se, também, os temas relacionados com o ambiente, questões sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês), que constituem um duplo desafio para as auditoras. Mais uma vez, reflete-se tanto do ponto de vista interno, de como a auditora desempenha a sua atividade, como externo, pela importância relativa que estes temas passam a ter na atividade de quem é auditado.

Estão em causa questões ambientais, relacionadas com as emissões de gases de efeito estufa, o uso de água, o tratamento de resíduos e poluição, assim como a sustentabilidade dos recursos de que a organização para os seus processos; questões sociais, como as relações com os colaboradores, a diversidade, a saúde e segurança no trabalho e o apoio à comunidade; e a governança, que reflete questões relacionadas com a transparência da gestão, os direitos dos diferentes *stakeholders*, os padrões éticos e o combate à corrupção, por exemplo.

Os temas ESG refletem-se tanto do ponto de vista interno, de como a auditora desempenha a sua atividade, como externo, pela importância relativa que estes temas passam a ter na atividade de quem é auditado

Um trabalho da consultora KPMG identifica como desafios para a auditoria – incluindo para os conselhos das empresas que têm esta responsabilidade – a resposta à incerteza, que tem sido um efeito da pandemia, mas também agora à consequências da guerra provocada pela invasão russa da Ucrânia, que alterou o quadro geopolítico, com repercussões em muitos mercados; depois, os temas ESG, que constituem um desafio e uma oportunidade, porque é nesta altura que se estão a definir os sistemas e as métricas. "O ESG será estrutural na estratégia, propósito e cultura dos líderes. Os grandes vencedores do futuro serão aqueles que conseguirem crescer e diferenciar o seu negócio em linha com os princípios fundamentais de ESG", refere a consultora e auditora EY no estudo "ESG: conhecer os desafios ajuda a encontrar o caminho?".

Desafio e oportunidade

Segundo o CEO da BlackRock (o maior fundo global em ativos sob gestão), Larry Fink, na sua carta aos CEO em 2021, não haverá nenhuma empresa cujo modelo de negócio não virá a ser profundamente afetado no processo de transição para neutralidade carbónica. Isto terá efeito na forma como as empresas trabalham, mas também analisam o impacto nos seus clientes. Os responsáveis do sector contactados pelo JE são unânimes em considerar que os temas ESG vão passar a integrar com cada vez maior importância os processos de auditoria e revisão de contas, o que constitui um desafio, mas também o consideram uma oportunidade, pela capacidade que as auditoras têm de verificar a adequação dos processos aos quadros regulamentares, assim como o cumprimento de requisitos, por exemplo, nas operações para a emissão de dívida verde. A emissão de dívida verde por empresas portuguesas está em crescendo, desde que se iniciou, em 2018, totalizando mais de 12 mil milhões de euros, enquanto se preparam novas emissões, num mercado em que a EDP - Energias de Portugal se destaca. ■

O desafio das criptomoedas

José Carmo
Partner

Os desafios que se colocam hoje à auditoria e a auditores são incomensuravelmente distintos daqueles que se colocavam à profissão há 50 anos.

Os tempos foram evoluindo. Primeiro, foi a entrada de empresas estrangeiras, com reportes sofisticados, métricas e indicadores distintos daqueles que as empresas portuguesas estavam habituadas a usar; depois veio o desafio das primeiras fusões, das sociedades holding e da consolidação de contas; seguiu-se a globalização e as normas internacionais de contabilidade (NICs, depois IAS/IFRS), que visaram a uniformização de regras contabilísticas conduzindo, posteriormente, à substituição do velhinho Plano Oficial de Contabilidade pelo Sistema de Normalização Contabilística; e, mais recentemente, deu-se a imposição das Normas Internacionais de Auditoria (ISA) a toda a profissão, extinguindo-se as Diretrizes de Revisão e Auditoria.

Pelo meio, houve a implementação e sucessiva parafernália de alterações, dos vários códigos fiscais com que o "legislador" nos continua a brindar.

Acompanhando a evolução da atividade económica, o desafio hoje emerge da tecnologia, dos metadados, das start-ups, da valorização supersónica de ideias emergentes e da desmaterialização e nova monetização destas sociedades. Entrámos, definitivamente, na era dos grandes bens imateriais (ideias/algoritmos), dos unicórnios e dos tokens, e vamos ter de nos adaptar rapidamente e com muita perícia. Quem não for capaz de o fazer, ficará irremediavelmente para trás.

Blockchain, Whitepaper, ICO (initial coin offering), Fiat Currency e Token, passaram a ser termos que o auditor tem de dominar, sob pena de confundir o "unicórnio" mais promissor, com uma mera "mula de gelado na testa".

Os millennials fervilham em ideias! A perspetiva de um bom emprego, comum a estudantes que se formavam no século passado, deu lugar ao desejo de descobrir o negócio ou ideia que será a próxima estrela cadente a conseguir captar investidores numa ronda internacional de investimento ou a tocar o sino na bolsa, em sinal de novo IPO.

Tudo o que tem elevado retorno, tem mais volatilidade e mais volatilidade representa mais risco e mais desafio para o trabalho do auditor.

A alteração introduzida pelas criptomoedas (por ex. Bitcoins), asset backed tokens (títulos garantidos por ativos), utility tokens (valor advém do acesso ou direito a um serviço) ou security tokens (espécie de obrigação que garante um direito a lucros futuros ou a receber direitos numa determinada entidade) é fascinante e levanta questões criticas ao objetivo final do auditor: a apresentação de demonstrações financeiras isentas de distorções materialmente relevantes.

Desde logo, suscita a necessidade inerente de garantir a validação das várias asserções financeiras como as da "existência", "direitos e obrigações", "plenitude" ou "rigor e valorização", apenas para citar alguns exemplos. Efetivamente, como garantimos que o ativo existe? Como são mensuradas as várias classes destes novos ativos? Há risco de quebra de segurança (hacker, por exemplo)? Como validamos que um ativo desta natureza pertence a uma determinada pessoa? Como se controla as entidades onde estão guardados estes ativos digitais? Quem é que efetivamente controla estes ativos e como está garantido o acesso dos proprietários aos mesmos? Existem carteiras de ativos escondidas? Que regras foram implementadas para cumprir com as regras das criptomoedas nas várias jurisdições onde se está a operar? Como se monitoriza e valida o preço a que é realizada cada transação? Que controlos internos estão implementados a fim de garantir o rigor da informação que está introduzida no blockchain? A resposta a estas questões, entre outras, é um enorme desafio que se coloca à profissão.

Até à data, apesar de algumas orientações, nomeadamente a sugestão do Comité de Interpretações das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRIC) - Holdings of Cryptocurrencies—Agenda Paper 4 – de contabilizar este tipo de ativos de acordo com a IAS 38 – Ativos Intangíveis ou, em alguns casos, segundo a IAS 2 – Inventários, a verdade é que não existem orientações formais dos principais organismos internacionais quanto à contabilização destes ativos, guiando-se os auditores pela analogia a conceitos, princípios contabilísticos e demais informação não vinculativa que vai surgindo.

A probabilidade de um auditor se cruzar com transações que envolvem este tipo de ativos aumenta a cada dia que passa. O tratamento contabilístico a dar a este tipo de operações requer um significativo julgamento profissional e uma elevada compreensão das circunstâncias e dos factos subjacentes às respetivas operações. A inexistência de orientações específicas para a elaboração de planos de auditoria e determinação de uma opinião, leva ao aumento do risco de distorção material e da existência de falhas na divulgação da informação aos diversos stackeholders.

Deste modo, a única resposta possível é o aumento da literacia e competências do auditor nestas matérias, seja através de estudo e formação, da subcontratação de peritos para apoiar a equipa de auditoria, ou através do desenvolvimento de software específico que permita garantir a validação de asserções, conforme discutido anteriormente.

É, sobretudo, necessário desenvolver uma cultura de "crypto-awereness" que permita acompanhar e reformular os procedimentos de auditoria de modo a acompanhar os desafios das novas tendências num mundo financeiro em clara mutação.

Com o apoio CARMO & CERQUEIRA

QUALIFICAÇÕES

Escasssez de candidatos também atinge auditoria

Perfis de auditoria figuram entre os mais desejados em 2022, diz a Michael Page. A DFK, que contratou recentemente, encontrou escassez de candidatos e forte concorrência. Por todo o lado há ofertas de emprego.

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

Na sua projeção para 2022, a empresa de recrutamento Michael Page, liderada em Portugal por Álvaro Fernández, antecipava: os perfis de auditoria, controlo e risco estarão entre os mais desejados. Tal cenário consubstancia um aumento das dificuldades para as empresas que precisam contratar, que não sendo novo tende a agravar-se no futuro.

A empresa DFK experimentou a dificuldade quando recentemente reforçou a equipa tanto com profissionais sem experiência, como com profissionais com experiência. "Notámos efetivamente um maior desafio de atração de talento, pela escassez de candidatos disponíveis e pelo aumento de concorrência seja de outros recrutadores do mercado nacional, seja pelo acesso ao mercado de trabalho internacional", afirma Vítor Santos, senior partner da DFK, ao Jornal Económico.

No primeiro caso, o recrutamento foi feito maioritariamente com as Universidades, e no segundo através de firmas de seleção e recrutamento especializadas. A tónica foi a mesma.

Com efeito, há um problema instalado que se vai prolongar no tempo. Na perspetiva de Vítor Santos, os próximos anos "serão determinantes" e "apenas um esforço alinhado do sector de atividade irá permitir trabalhar a atratividade de talento".

A pós-graduação em Auditoria, Risco e Cibersegurança do ISEG responde a uma necessidade do mercado nacional e internacional, que apresenta escassez de recursos nesta área

A DFK tem a sua génese na atividade de revisão legal de contas/auditoria. A sociedade de revisores oficiais de contas foi constituída em 1995 e associou-se à rede DFK Internacional em 2000. A diversificação e multidisciplinaridade foi reforçada a partir de setembro de 2020 com a fusão das áreas de auditoria e consultoria do Grupo Your, e com o reforço dos quadros. Hoje conta com 45 colaboradores nas três áreas.

Na contratação de recém-licenciados segue a prática das grandes empresas de auditoria e consultoria, que vão ao mercado geralmente em setembro contratar licenciados em gestão, economia ou contabilidade. "Assumimos que os candidatos têm a formação académica de base necessária para o trabalho de auditoria pelo que privilegiamos soft skills, como por exemplo, atitude, agilidade e flexibilidade, ambição, capacidade de partilha e trabalho de equipa, entre outros. Estamos conscientes de que a formação de um auditor é de fundo e é disponibilizada numa ótica de continuidade", explica.

A DFK garante formação interna inicial, focada na cultura e valores, nas principais ferramentas utilizadas e nos temas essenciais de auditoria com exemplos práticos. À componente forte de formação "On the Job" com feedback das pessoas mais experientes, do primeiro ano, seguem-se outras ações espaçadas no tempo.

istock

Formação
A profissão de auditor exige especialização técnica em matérias como contabilidade, economia, análise financeira, estatística e uso e prática de tecnologias de análise de dados. Em Portugal há oferta formativa com várias cambiantes. O ISCAL, herdeiro da Aula do Comércio criada pelo Marquês de Pombal no século XVIII, é a Escola mais antiga no ensino deste mister. Qualquer um dos seus sete mestrados — Análise Financeira, Auditoria, Contabilidade, Gestão das Instituições Financeiras, Controlo de Gestão de Avaliação de Desempenho, Fiscalidade, Gestão e Empreendimento — cumpre os requisitos. Destaque para o próprio mestrado em Auditoria. Distinguem-se pela forte componente prática aliada à científica. Também o plano de estudos do Curso de Especialização em Contabilidade e Auditoria do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro salienta a "forte componente de análise crítica e de aplicação de conhecimentos a casos reais". É complementada com formação noutras "áreas do conhecimento que permitam dar resposta às novas exigências do mercado". Em Lisboa, o ISEG Executive Education realiza já a terceira edição do curso Auditoria, Risco e Cibersegurança. "No cenário atual, a pós-graduação em Auditoria, Risco e Cibersegurança cria uma resposta a uma necessidade de mercado nacional e internacional, que apresenta escassez de recursos nesta área", explicam os coordenadores, Fátima Geada, diretora de Auditoria do grupo TAP e presidente da direção do Instituto Português de Auditoria Interna, e Sérgio Nunes, membro fundador da AP2SI e consultor de gestão de sistemas de informação, auditoria de IT e segurança de informação.

Vítor Santos
Senior Partner da DFK

Álvaro Fernández
Director-Geral da Michael Page

Profissão
No mundo digitalizado em que estamos a entrar, os perfis clássicos de auditoria, centrados no conhecimento técnico das normas começam a dar lugar ao chamado auditor 4.0. Um perfil mais sofisticado em que a contabilidade e as finanças coabitam com a paixão pelo digital e pela inovação.

Existe a expectativa de que a auditoria saia da zona cinzenta em que é vista e se torne mais visível e atrativa. "Os jovens recém-licenciados mostram desconhecimento do âmbito da profissão, alguma desconfiança e um receio muito grande de dias intermináveis quase sem horários e com tarefas sem fim", descreve Vítor Santos.

"Para uma geração preocupada, e bem, com o 'work life balance', a conciliação de uma carreira na área da Auditoria e da Revisão de Contas com a vida pessoal pode parecer um objetivo impossível. Na realidade não é, há bons exemplos disso", salienta.

Não é, porém, o único problema que o senior partner da DFK identifica e que lança em forma de interrogação: As firmas de auditoria têm verdadeiramente de perceber o que poderá atrair estes profissionais: dinheiro? mais dias de férias? outros benefícios? e quais?

Definitivamente, o paradigma do emprego mudou. "Se noutros tempos as firmas escolhiam quem queriam contratar — explica Vítor Santos — hoje as firmas são escolhidas e os candidatos não escolhem apenas as que pagam melhor... Escolhem aquelas que acreditam ser as melhores, as que têm práticas mais transparentes e mais justas, que se identificam com aquilo em que acreditam, aquelas onde sentem que estão a acrescentar valor e terão uma experiência relevante onde façam a diferença e não sejam apenas um número".

O estudo anual sobre tendências de recrutamento para quadros executivos, em empresas de grande dimensão, da Michael Page para 2022 que o JE revelou em primeira mão, antecipava que o negócio de NPL (Non-Performing Loan) levaria a um grande crescimento do mercado financeiro e que as 'fintech' seriam importantes na atracão de novo talento. O destaque apontava para funções como compliance e auditoria, com ordenados atrativos, como os 37 mil euros na folha salarial do analista de risco.

"Consultora multinacional de referência no mercado está a reforçar a sua equipa com um auditor sénior". A verdade é que anúncios como este multiplicam-se diariamente. ■

DIGITALIZAÇÃO

Paulo André | Baker Tilly
Managing Partner & Audit

A COVID-19 acelerou a transição das empresas de auditoria para novas formas de operação que durarão mais que os efeitos da pandemia. A mudança para o trabalho remoto e flexível adicionou uma nova dimensão ao desafio já enfrentado na adaptação da auditoria a um mundo corporativo em rápida evolução. Os modelos de negócios das empresas estão mais complexos, à medida que passam pela transformação digital, e isso coloca novos desafios aos profissionais de auditoria.

À medida que as tecnologias digitais e a análise de dados se tornam cada vez mais relevantes para o processo de auditoria, bem como para os modelos de negócios das empresas, os auditores necessitam diversificar as suas competências. Tradicionalmente, eram recrutados especialistas em contabilidade, economia ou gestão, mas já hoje se recrutam especialistas em negócio, compliance, informática, ambiente, avaliação de activos e negócios e governance.

Os avanços tecnológicos, tornam imperativo que se invista na tecnologia. A tecnologia traz eficiências na realização das auditorias, à medida que os testes se tornam mais automatizados e conduzidos em tempo real. A tecnologia alterou a forma como os clientes gerem os seus negócios, os processos de governance os seus sistemas de gestão de risco e de controlo interno e os auditores precisam de estar à frente dessas mudanças para identificarem os nossos riscos com impacto nas demonstrações financeiras. Em resposta a estes desafios, as empresas de auditoria necessitarão de recrutar recursos especializados e estabelecer parcerias com especialistas tecnológicos.

Têm vindo a ser implementadas ferramentas informáticas / digitais, de auditoria que classificamos relacionadas com o processo de gestão e de comunicação de um projecto de auditoria (Gestão de pedidos e recolha de informação – Huddle, Teams View; Comunicação com o cliente – Teams, Zoom; Supervisão das equipas - Teamsview, Caseware; Revisão do trabalho - Teams, Caseware; Formação - Plataformas Digitais de E-learning) e a natureza de testes de auditoria (Acesso a consulta dos sistemas/ERP´s dos clientes; Testes de amostras estatisticas (várias ferramentas) e Revisão analistica - Power BI, Data analytics).

O trabalho flexível e remoto tornou-se a norma para os auditores, que se adaptaram com sucesso ao uso da tecnologia digital para trabalhar à distância. A mobilidade traz benefícios na qualidade do trabalho e na motivação dos colaboradores e na eficiência. Mas também traz desafios logísticos, nomeadamente na realização de reuniões, entrevistas, indagações e até execução de procedimentos de walk-through em base online/virtual, mas também há questões comportamentais a serem consideradas, ou seja, dificuldade de conduzir conversas sobre temas de maior confidencialidade, envolver os novos colegas na cultura da organização, formar as equipas e atender às expetativas dos clientes quanto a um acompanhamento próximo.

Perspectiva-se uma maior componente de trabalho flexível, sem nunca descurar as reuniões em equipa para revisão dos trabalhos e brainstorming e sessões de treino. As auditoras recrutarão mais pessoas com experiência em tecnologia, engenharia e matemática, para que possam alavancar a tecnologia de forma eficaz para os objetivos de auditoria. Tradicionalmente, valorizavam-se skills técnicos e éticos (integridade, ceticismo) que continuam fundamentais. Mas hoje há uma procura por soft-skills relacionados com a comunicação, a criatividade e a mobilidade, aliados a novos skills técnicos, com a tecnologia na liderança.

Com o apoio bakertilly

FÓRUM

Aproveitar o desenvolvimento tecnológico é um desafio

A forma como os auditores trabalham está a ser impactada por novas tecnologias, que têm potencial disruptivo e constituem um desafio, mas que têm o potencial para aumentar a qualidade e rentabilidade da auditoria.

Quais os grandes desafios do sector da auditoria ao nível da digitalização e dos recursos humanos?

ÓSCAR VELOSO
Managing Partner na VLP – Veloso & Associados, SROC

A atividade de revisão de contas não é alheia ao desenvolvimento tecnológico.
A evolução que os sistemas de informação das empresas sofreram e as exigências legais e fiscais, permitiram a produção de informação contabilística e financeira uniformizada e estandardizada, que desafiam os ROC a repensar a forma como desenvolvem o seu trabalho e produzem a prova de auditoria.
A acrescer às tecnologias existentes, estão outras tecnologias em ebulição, de que são exemplo a inteligência artificial e a *blockchain*, que poderão trazer alterações disruptivas na forma como se produz e audita a informação contabilística e financeira.
Sendo a tecnologia fonte de mudança e de desafio, é também uma oportunidade para os ROC aumentarem a qualidade e a rentabilidade da sua atividade. Ao nível dos recursos humanos, os principais desafios prendem-se com a captação e com a retenção de talentos para a profissão de ROC, convencendo-os de que é uma profissão altamente especializada para ativos talentosos e não para meros burocratas.

JOÃO CRUZEIRO
ROC e sócio gerente da Oliveira, Reis & Associados

Felizmente, longe vão os tempos em que fazer auditoria significava ter que levar uma série de pastas em papel quando se ia para os clientes. Os avanços tecnológicos permitem que atualmente se efetuem auditorias de grandes entidades com um diminuto recurso a documentos físicos.
A digitalização tem permitido a redução substancial do uso de papel, e a qualidade da auditoria ganhou com isso. A pandemia veio também ajudar nesta área, porque a limitação de deslocações aos clientes proporcionou uma alteração significativa na forma de realizar uma auditoria. A troca de informação entre a ORA (Oliveira, Reis & Associados) e os seus clientes por meios digitais aumentou de forma considerável. Os próprios recursos informáticos dos clientes permitem simplificar a digitalização de documentos. Hoje em dia, a maior parte dos clientes dispõe de equipamentos de digitalização em que o próprio auditor digitaliza diretamente para o seu computador, não tendo que retirar tempo aos colaboradores dos clientes. O arquivo de documentos e o prazo que temos para fechar os dossiês de auditoria (atualmente 60 dias), só é possível de cumprir com a digitalização dos documentos, em que fica gravada a data do ficheiro, permitindo um controlo efetivo do cumprimento do prazo.
A digitalização dos documentos proporcionou ainda mais duas vantagens muito significativas: a redução dos escritórios das sociedades de auditoria e a poupança de ambiente, com menor consumo de papel, toner e eletricidade. No entanto, os avanços tecnológicos trazem preocupações acrescidas com a segurança dos sistemas informáticos e da informação de clientes que se encontra na posse das sociedades de auditoria.
A cibersegurança é fundamental em qualquer organização, em particular depois dos recentes casos de ataques informáticos a grandes organizações. A ORA, atenta a esta questão, reforçou recentemente os recursos humanos nesta área, por forma a proteger a informação de clientes que se encontra arquivada digitalmente nos nossos servidores. Os recursos humanos são uma das grandes preocupações da ORA. Por um lado, o nosso negócio tem verificado um crescimento que requer mais e melhores recursos humanos, mas por outro lado temo-nos debatido com algumas dificuldades no recrutamento.
Desde sempre que a auditoria foi vista pelos recém-licenciados

como um bom complemento à formação académica, mas que tem como consequência que, após quatro ou cinco anos de experiência, possuem uma experiência que lhes permite estar em condições de passar para outras áreas de negócios. A fixação de recursos na auditoria sempre foi um problema, que se tem agravado nos últimos anos. Acresce que o apetite dos recém-licenciados pela área de auditoria já não é tão grande como foi em anos anteriores. Tudo isto junto cria muitas dificuldades no recrutamento de colaboradores. É importante que as sociedades de auditoria saibam ler os motivos por que há menos procura e interesse por trabalhar em auditoria, e de que forma se consegue tornar o trabalho mais atrativo. Uma das dificuldades está relacionada com as inúmeras deslocações que é necessário efetuar ao longo do ano, mas os progressos tecnológicos e de digitalização têm permitido reduzir as deslocações aos clientes, bem como o número de pessoas em cada deslocação. Esta alteração, ocorrida em grande parte também devido à pandemia, é importante para fixar os recursos humanos nas sociedades, mas tem que ser conciliado com um ponto essencial numa auditoria, que é o contacto presencial com o cliente.

VÍTOR SANTOS
Senior Partner da DFK

Ao nível da digitalização o desafio é enorme, tanto internamente como na relação com os clientes. Destaco desde logo a aceleração que os clientes tiveram na adoção de tecnologia como consequência do contexto de pandemia, e a necessidade de organizar e consolidar todos os processos que mudaram em virtude desta adoção. Os modelos híbridos de trabalho e saber lidar com esta realidade são apenas uma das faces deste desafio que se aplica a diversas dimensões das empresas. Numa segunda fase o desafio será ainda maior porque é esperado das empresas, e haverá investimento e incentivos neste sentido, que vão ainda mais longe neste processo de aceleração da adoção da tecnologia na gestão. E finalmente acho que não é de desprezar o impacto que a própria tecnologia teve na nossa atividade de auditoria, na forma como tivemos que nos adaptar a esta nova realidade, e na forma como ajustámos a relação com os nossos clientes por vezes com realidades e níveis de conforto diferentes relativamente às soluções encontradas – não havia uniformidade entre o auditor e o cliente nos níveis de maturidade da adoção da tecnologia.

JOSÉ REBOUTA
Audit & Assurance Partner, co-Head of Industry & Services, Mazars em Portugal

O mercado caracteriza-se por um momento decisivo de transformação: as expetativas dos clientes estão a mudar, a tecnologia alarga possibilidades de intervenção e o foco está em consolidar a qualidade e a confiança. À atividade da Auditoria adicionam-se novos domínios com uma importância cada vez mais destacada, que incluem o digital e os processos de transformação associados a tecnologias emergentes, exemplo da analítica de informação e dados, da inteligência artificial ou da Internet das Coisas. Este dinamismo acrescido desenvolve a exigência de especialização, sustentado em equipas dedicadas a áreas de intervenção como a digitalização, os criptoativos ou a sustentabilidade. Poder contar com Pessoas e equipas tecnicamente habilitadas e aptidões específicas é, hoje, um fator crucial à gestão e retenção de Talento no setor. A

PUB

RSM & Associados – Sroc, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RSM

AUDIT | TAX | CONSULTING

SEDE
Av. do Brasil, 15 – 1º – 1749-112 Lisboa
Tel: (+351) 21 355 35 50
Fax: (+351) 21 356 19 52
E-mail: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132 – 3º – 4150-682 Porto
Tel: (+351) 22 207 43 50
Fax: (+351) 22 208 14 77
E-mail: geral.porto@rsmpt.pt

Inscrita na OROC sob o nº 21
Inscrita na CMVM sob o nº 20161380
www.rsmpt.pt

tecnologia é zona de investimento necessária, que deve ser realizada em simultâneo com planos de desenvolvimento dos auditores e orientação na liderança e interação, para aceder e garantir conhecimento e competências críticas e possibilitar uma resposta efetiva no que é o compromisso de ser Auditor e realizar Auditoria.

LUÍS ESTEVES
Partner/ROC
na Esteves, Pinho & Associados / BKR

Apesar de ter sido sempre a nossa prioridade a desmaterialização dos papéis de trabalho e a aplicação das tecnologias, a pandemia veio acelerar o processo de digitalização, com a democratização de práticas como sejam as reuniões online e o trabalho remoto. Este facto veio exigir uma gestão mais dinâmica das equipas de trabalho e uma maior utilização de ferramentas colaborativas, com outros controlos na execução do trabalho de auditoria. Adicionalmente, a abordagem pelo risco das ISAs exige cada vez mais e melhor compreensão do funcionamento dos controlos, cada vez mais sustentados em TI, os quais só são "testáveis" com know how e domínio de ferramentas tecnológicas (CAAT).
Quanto aos recursos humanos, um dos principais desafios tem sido a manutenção da atratividade da profissão de auditor face a outras que, para além de condições salariais idênticas, oferecem uma qualidade de vida sem exigência do nomadismo da profissão e a intensidade dos períodos críticos.
A evolução tecnológica veio também permitir uma maior concorrência de entidades sem presença física em Portugal, que recrutam técnicos com condições salariais alinhadas pelos países de origem e possibilitam o trabalho remoto. Por outro lado, as novas gerações dão por vezes preferência a desafios menos exigentes, sendo aliciadas por centros de serviços partilhados que recrutam massivamente técnicos recém-licenciados nas áreas que tradicionalmente fornecem recursos para as auditoras.

VICTOR LADEIRO
Partner
da Auren Portugal

A quantidade e complexidade de informação a monitorar e analisar é cada vez maior, isto num contexto de evolução rápida das tecnologias disponíveis. O grande desafio é, por isso, a inovação, eficiência e segurança dos sistemas de informação, nossos e dos nossos clientes. Como auditores, também é nosso papel defender a transformação digital e a cyber segurança nas empresas. Para isso, temos que dar o exemplo, partilhando informação sobre recentes inovações e trabalhando, com o cliente, em máxima segurança, em plataformas abertas, com trabalho colaborativo em tempo real. Isto implica que, nas equipas de auditoria, a consultoria de IT, nomeadamente de Data Analytics e Cyber segurança começa a ser essencial. Ao mesmo tempo, os auditores (com background mais de gestão e economia), devem ser treinados nas noções básicas de arquitetura de sistemas de informação. O desafio tecnológico está intimamente relacionado com um dos principais desafios dos recursos humanos – construir uma cultura de inovação, transparência e multidisciplinariedade. Só assim poderemos contribuir para criar ambientes de trabalho eficientes e envolventes, onde todos os perfis e gerações se sintam incluídos e respeitados. É também a vivência desta cultura que nos vai permitir reter talento e atrair, acolher e desenvolver os profissionais mais jovens.

BRUNO NEVES
Tax Partner
da Carmo & Cerqueira

Ao nível dos recursos humanos a atividade de auditoria tem sentido uma elevada pressão que poderá ser colmatada com a utilização de novas tecnologias. Há relativamente pouco tempo, era comum um auditor, recém-contratado, ver o seu salário anual duplicar em pouco tempo.
Auditoria era uma profissão que exigia muitas horas, com diferentes "plantões de urgência" mas cuja recompensa, em termos de aumentos e prémios, chegava no final do ano. Com o passar do tempo, os honorários de auditoria foram sofrendo a pressão normal de um sector concorrencial e o hiato, entre o esforço despendido e a recompensa auferida, cresceu, levando a que os bons recursos, que antes sonhariam ser auditores, nem sequer considerem a carreira – o que, naturalmente, representa um risco para a qualidade futura da profissão. A utilização de meios digitais mais modernos, novas tecnologias de análise e a modernização de ferramentas de teste poderá ser uma solução que, por um lado, atenua as horas necessárias para realização de um trabalho e, por outro, liberta margem para voltar a aumentar a recompensa aos colaboradores e garantir a retenção de talentos.
Cabe à chefia das empresas de auditoria investir e colocar o foco numa maior utilização destes novos recursos (não humanos) mas também captar pessoas com as necessárias competências que os mesmos exigem pois, só assim, se poderá voltar a olhar para a auditoria com os olhos que efetivamente merece.

JOÃO LOPES DA SILVA
Managing partner da Kreston Iberaudit

Um dos principais desafios que enfrentamos está focado na necessidade da transformação digital da firma e no papel dos seus líderes como impulsionadores desta nova rota de evidencia em ordem aos objetivos de sempre, a otimização dos serviços e a cooperação e coordenação entre as diferentes áreas de atuação, com vista a alcançar o sempre desejado crescimento dos negócios. O trabalho dos profissionais da Kreston Iberaudit tem sido crucial neste período de transição e mudança, mostrando-se competente neste processo, para que a adaptação à nova situação seja um sucesso. O nosso pessoal tem desempenhado um papel vital nestas mudanças contínuas. "Renovar ou morrer"... é o nosso lema. Continuaremos a promover a transformação digital, pois precisamos de responder mais rapidamente às novas exigências, de melhorar a tomada de decisão para novas oportunidades de negócios e consequentemente reduzir riscos. No que respeita aos RH, recrutar e reter talentos é outro grande desafio a que temos que dar resposta. Após a pandemia, ficámos cientes de que a "nova era" seria focada nas pessoas e no bem-estar dos funcionários. É por isso que na Kreston Iberaudit continuamos a trabalhar para implementar medidas que ofereçam mais flexibilidade às nossas equipas, bem como planos de trabalho, de formação e promoção interna que permitam o crescimento profissional com desenvolvimento de carreira na firma. Quem está neste setor há tantos anos deve ser capaz de transmitir aos profissionais do futuro que esta profissão está repleta de desafios contínuos e que o nosso papel é essencial para promover a transparência financeira e o crescimento económico. Acredite, quando digo que os escritórios da Kreston Iberaudit abrangem um mundo realmente apaixonante, que estimulam o trabalho em equipa e que permitem o contato com empresas e instituições de diversos setores. Sabemos que a reunião destes fatores possibilita a qualquer colaborador um trampolim para o acesso a cargos de gestão de grande responsabilidade.

KRESTON IBERAUDIT
knowing you
AUDITORIA TAX CONSULTORIA
www.kreston.pt

A confiança dos nossos clientes é a nossa força motriz

A KRESTON Iberaudit responde rigorosa e profissionalmente aos novos desafios colocados pelo atual panorama económico e social graças à nossa longa experiência no sector da auditoria e consultoria, onde oferece os melhores serviços através de um tratamento personalizado e de qualidade.

A nossa firma faz parte da rede global de auditoria KRESTON Global, com escritórios em 120 países e em décimo terceiro lugar no ranking mundial de grupos de auditoria. Nos últimos anos, com o objetivo de alargar a nossa cobertura territorial na Península Ibérica, a Kreston Iberaudit passou a estar presente em Lisboa e Porto, em doze das principais cidades de Espanha e em Andorra e conta com uma equipa de 300 profissionais altamente qualificados, na prestação dos seguintes serviços:

- Auditoria, as empresas precisam de um revisor oficial de contas para fornecer mais do que uma simples auditoria, espera-se que ele ou ela forneça uma verificação das assimetrias de informação e dos conflitos de interesse entre a gestão e os agentes económicos. A realização de uma auditoria é um investimento em transparência empresarial que se transforma diretamente numa vantagem competitiva.

- Consultoria Fiscal, ter um planeamento fiscal adaptado à legislação atual pode reduzir a carga fiscal em todos os impostos, garantindo assim a solvência económica de uma empresa e proporcionando-lhe oportunidades de crescimento futuro.

- Consultoria de Gestão, os conhecimentos específicos juntamente com o aconselhamento necessário, fornecem às empresas as ferramentas necessárias não só para dominar situações e oferecer uma resposta mais rápida, mas também para crescer e desenvolver-se no seu ambiente competitivo. O principal objetivo como consultores será identificar os limites do seu negócio e redefini-los, melhorando assim os processos, metodologias e ações face a uma próxima evolução.

- Outsourcing Financeiro, A maioria das empresas em evolução drástica e exponencial não está preparada para enfrentar os novos desafios que esta situação implica. Os serviços de outsourcing não só fornecem à empresa alvo a gestão e/ou execução de uma função diária, mas também permitem ao pessoal concentrar-se no que é realmente importante: aumentar o seu desempenho.

"A confiança dos nossos clientes é a força motriz da KRESTON Iberaudit para continuar a avançar e crescer com a máxima dedicação, qualidade e profissionalismo."

KRESTON IBERAUDIT

Com o apoio

PUB

WEBCONFERENCE

O Jornal Económico

Indústria Digital e Sustentável

6 junho de 2022 | 15h00

AGENDA

15:00 | BOAS VINDAS

15h05 | MESA REDONDA

Moderação: João Palma-Ferreira, jornalista, Jornal Económico

Angel Garcia Bombín | Industrial Digital Transformation Director da Sonae Arauco

Carlos Oliveira | Direção de Engenharia da Generg

Victor Moure | Country Manager da Schneider Portugal

16h00 | FINAL

Tópico para discussão

Sustentabilidade: objetivos das empresas e a importância da digitalização e dos dados.

Quais são os principais desafios que as empresas enfrentam?

Como a tecnologia pode ajudar a operações mais sustentáveis?

Principais tendências de desenvolvimento.

Acompanhe em direto na plataforma multimédia JE TV,
em www.jornaleconomico.pt

Apoio: Life Is On | Schneider Electric